

DECISÃO DO RECURSO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

Processo nº: 23343.000059.2023-17

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS, por meio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 111/2023, vem decidir o recurso impetrado pela empresa S&M SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 04.350.057/0001-71. Inicialmente, verifica-se que foi tempestiva a sua manifestação de interesse em recorrer, de acordo com a Lei nº 10.520/2002, a Lei nº 8.666/93, o Decreto nº 10.024/2019. Houve a apresentação de contrarrazões de recurso, pela empresa A3 LOCACAO DE MAO DE OBRA E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 23.080.111/0001-50.

ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

A legislação aponta como pressupostos dessa espécie de recurso administrativo: a manifesta tempestividade, a inclusão de fundamentação e a formulação de pedido de reforma da decisão da desclassificação de proposta da empresa ou a sua inabilitação.

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento. O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo. Os recursos cabíveis contra quaisquer atos da administração decorrentes desta licitação reger-se-ão pelo artigo 109 da Lei nº 8.666/1993. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos, bem como aqueles enviados por fax, não serão conhecidos. Recebida a petição no prazo concedido, através do ambiente eletrônico de processamento de contratações, portanto de forma tempestiva, preenchidos estão os demais requisitos legais.

DO RECURSO

AO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE
MINAS GERAIS

REITORIA

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

Processo: 23343.000059.2023-17

S&M CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.350.057/0001-71, vem, tempestivamente, por seu representante infra assinado, à presença de Vossa Excelência, interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO,

contra a decisão que declarou vencedora a empresa A3 LOCACAO DE MAO DE OBRA E SERVICOS EIRELI, dentro das prerrogativas consubstanciadas na Lei nº 10.520/2002; Decreto nº 10.024/2019; Lei nº 8.666/93; IN SEGES/MPDG nº 05/2017; Lei nº 9.632/1998; LC nº123/2006; Lei nº 6.019/1974; Decreto nº 8.538/2015; Decreto nº 9.507/2018; Decreto nº 7.746/2012; IN SLTI/MPOG nº 01/2010; IN SEGES/MPDG nº 03/2018; Portaria SEGES/MPDG nº 443/2018; Lei nº 12.305/2010; Nota Técnica CGN/SEGES/MPDG nº 66/2018, além das demais legislações pertinentes à matéria deste pleito, especialmente aos ditames do edital desta licitação, pelos fatos de direito argüidos:

PRELIMINAR

Deve-se observar que fora imposta uma ilegalidade neste certame, que se não corrigida fere o conceito real da licitação pública, porque a empresa A3 LOCACAO DE MAO DE OBRA E SERVICOS EIRELI, aqui denominada simplesmente recorrida, foi habilitada sem contudo atender as determinações do edital .

É justamente o fato de contrariar o edital, quando não corrigido o curso dos atos, que torna viciada a licitação

O festejado e Saudoso Professor Hely Lopes Meireles, in Licitação e Contratos Administrativos, editora Revista dos Tribunais, 9ª edição, 1990, pág. 21, preleciona que são princípios irrelegáveis do procedimento licitatório: “procedimento formal; publicidade de seus atos; isonomia entre os licitantes; vinculação ao Edital ou convite; julgamento objetivo e adjudicação compulsória ao vencedor”.

Ainda; vale rememorar, que o Edital convocatório é a lei interna do processo licitatório, vinculando inteiramente a administração aos seus termos, sobre o tema, o artigo 41 (caput) da Lei 8.666/93, reza o seguinte teor:

“A administração não pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada.”

Adentrando nas razões, insurge-se a licitante S&M Conservação e Limpeza, doravante denominada recorrente, contra a decisão do Senhor Pregoeiro e Equipe de Apoio, que aceitou a proposta da empresa recorrida para fornecimento os serviços licitados, sem reunir condições para tal.

DO DESCUMPRIMENTO DO EDITAL

Vejamos o que revela o edital acerca dos critérios estabelecidos para comprovação de Habilitação Qualificação Técnica

8.14 Relativos à Qualificação Técnica:

8.14.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.14.2 Para fins da comprovação de que trata o item anterior, os atestados deverão dizer respeito à execução de serviços de mesma natureza e de características similares aos a que se refere o presente Edital.

8.14.3 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.14.4 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5, de 2017.

8.14.5 Para os fins da cláusula acima, poderá, a licitante, apresentar cópias de contratos de prestação de serviços de mesma natureza e de características similares aos a que se refere o presente Edital, acompanhados dos seguintes demonstrativos: a-) cópia dos contratos; b-) cópias dos respectivos termos de aditamentos, sem solução de continuidade; e c-) em se tratando de contratos celebrados com a Administração Pública, extratos de publicação do Diário Oficial do

respectivo ente federativo; ou, em se tratando de contratos celebrados com empresas privadas, cópias de Fatura de prestação de serviços emitida nos 12 (doze) meses anteriores à data prevista para apresentação da proposta.

(...)

8.14.8 O LICITANTE DISPONIBILIZARÁ TODAS AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS À COMPROVAÇÃO DA LEGITIMIDADE DOS ATESTADOS APRESENTADOS, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.(DESTACAMOS)

Pois bem, a empresa recorrida para haver sua habilitação técnica APRESENTOU APENAS 1 (UM) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA EMITIDO PELA EMPRESA KOOK FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO LTDA.

Entretanto, referido documento apresenta inconsistências que denotam falsidade documental nos seguintes termos.

Vejamos o que está declarado no atestado apresentado

“Atestamos para os devidos fins e para quem interessar possa que a empresa A3 LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ. sob o n.º 23.080.111/0001-50, empresa de prestação de serviços com sede à Rua Jornalista Antônio Pontes Tavares, nº 1195, Bairro Barroso, CEP 60.864-590, Fortaleza/Ce, executou para nossa empresa no período de 01.03.2016 a 30.10.2019, os serviços de locação de mão de obras temporárias para apoio os eventos realizados por esta empresa, com os quantitativos abaixo especificados”

1º Inconsistência:

A empresa A3 Locação de mão de obra, na data da emissão do atestado, ou seja, em 18 de novembro de 2019, tinha como razão social o seguinte nome empresarial “LUTERO LOCAÇÃO DE MÃO DER OBRAS E SERVIÇOS”EIRELE, conforme o 3º alteração ao Contrato Social Consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Ceará

Como poderia então constar a razão social A3 LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS EIRELI, registrada somente em 23/06/2022 (4ª alteração social) em um documento “firmado em 2019” ????????

2º Inconsistência

O contrato de prestação de serviços apresentado para LEGITIMAR O ATESTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS APRESENTADO CONSTA COMO DATA DE ASSINATURA 01 DE MARÇO DE 2016.

Entretanto, em 2016 a razão social da recorrida era MARTINS LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS EIRELI, portando, está mais que cristalino que o documento apresentado NÃO FOI FIRMADO NA DATA QUE CONSTA NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

3ª Inconsistência

Em 2016 o representante legal da recorrida era a Sr. CHELYDA BRENDA DA SILVA LOPES.

Somente em 21/06/2022 é que o Sr. Andersom da Silva Martins ingressou na sociedade empresarial da recorrida.

Como poderia então assinar contrato em 2016 como representante legal da recorrida???????

Cumpre informar que a recorrida já foi inabilitada em vários processo licitatórios públicos por não comprovar a legalidade e veracidade das informações postas no atestado de capacidade técnica “firmado” .

Ressaltamos, que a recorrida em outros processos licitatórios apenas sagrou-se vencedora e habilitada tendo em vista que não teve contestado o atestado ora atacado.

Como a Administração Publica não foi provocada nesses processos para diligência e averiguação da comprovação das informações consignados no único documento que a recorrida utiliza para sua habilitação técnica, a

fraude documental está sendo perpetuada e utilizada indevidamente pela recorrida em seu benefício.

Por oportuno, segue transcrição da diligência realizada pela Câmara Municipal de Ipatinga em 23/02/2019 que questionou a recorrida acerca das inconsistências verificadas no atestado de capacidade técnica e contrato de prestação “supostamente” firmados com a empresa Kook Fornecimento de Refeições

“Pregão Eletrônico nº 01/2023

Processo Licitatório nº 09/2023

UASG 926522

Objeto: “Contratação de empresa especializada na prestação continuada de serviços de apoio administrativo com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem executados na presidência, gabinetes e no Centro de Atenção ao Cidadão (CAC) da Câmara Municipal de Ipatinga, conforme especificações constantes no Edital e anexos.”

Em 23/02/2023, às 17:37:23, o Processo Licitatório foi suspenso administrativamente pela Pregoeira para diligência a fim de verificar os documentos de habilitação da empresa A3 Locação de Mão de Obra e Serviços Ltda (3ª colocada).

A Equipe de Apoio, juntamente com a Pregoeira, analisando detidamente os documentos quanto à Habilitação Técnica, observou diversos erros ortográficos no Contrato 15/2016 anexado pela licitante como referente ao Atestado de Capacidade Técnica, celebrado entre ela e a empresa Kook Fornecimento de Refeições Coletivas Ltda.

Erros como “contrada, contratio, peneiro, prazo indeterminados, infrações à legislação nos seguintes cassas” e diferenças de formatações (alinhamento de parágrafos, tamanhos de fontes e espaçamentos num mesmo parágrafo e espaçamentos diferentes entre outros parágrafos) no decorrer do texto, indicação de que o documento teria sido produzido a partir da utilização de OCR (Optical Character Recognition, em português, Reconhecimento Óptico de Caracteres) sobre documento texto em formato de imagem.

Observou também que, embora conste do “Atestado de Capacidade Técnica”, fornecido por Kook Fornecimento de Refeições Coletivas Ltda, assinado em 18 de novembro de 2019, que a prestação de serviços se deu no período de 01.03.2016 a 30.10.2019; que o pagamento pelos serviços

prestados se daria conforme “DIÁRIAS REALIZADAS nos eventos a (sic) realizados e com a solicitação da CONTRATANTE”, e que os “quantitativos de eventos esta previstos, (sic) será de 30 (trinta) durante o período de 12 meses”.

Em pesquisa no SICAF, a Equipe de Apoio e Pregoeira não localizaram outros atestados de capacidade técnica. Embora a licitante tenha juntado outros contratos aos autos do processo, nenhum desses comprova o quantitativo de mão de obra e de tempo exigidos no Edital, haja vista serem todos com início em 2022 e 2023.

Observou-se também que o Contrato apresentado se iniciou há cerca de 7 (sete) anos, sem assinatura digital ou autenticada, tendo a Pregoeira e Equipe achado por bem aprofundar nas diligências a serem realizadas.

Nesse ínterim, foi recebido no dia 23/02/2023, às 19h59min e-mail enviado por contrato.licitacaosm@gmail.com, expondo algumas inconsistências na documentação

apresentada pela empresa diligenciada.

No dia 24/02/2023, a Pregoeira solicitou o contrato social e todas as alterações até às

14h45min do mesmo dia, tendo a empresa licitante respondido, enviando toda a documentação solicitada. O pedido da Pregoeira baseou-se no item 22.6 do Edital, que enuncia:

“É facultado a PREGOEIRA em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, usando, sobretudo a razoabilidade e proporcionalidade nas decisões, desde que não frustre a essência do Pregão, evitando justamente que formalismos desnecessários procrastinem os fins perseguidos pela Administração”,

Após análise da documentação solicitada e dos demais documentos anexados para habilitação, a Pregoeira fez o seguinte questionamento:

“Sr. Licitante, a empresa A3 LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA apresentou 1 (um) atestado de prestação de serviços para comprovação de sua habilitação Técnica exigida no edital, emitido pela empresa KOOK Refeições Coletivas em 18 de novembro de 2019, bem como o contrato de prestação de serviços, assinado em 01 de março de 2016, que serviu para legitimar o referido atestado.

De posse do Contrato Social e Alterações, constatamos que em 2016 a empresa A3 LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA tinha sua razão social como MARTINS LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS EIRELI.

Diante do exposto cumpre-nos solicitar esclarecimentos de um Contrato firmado em 2016 estar com uma razão social pertencente à 4ª alteração contratual registrada em 2022.

Outra questão se refere à Demonstração de Resultado do Exercício -DRE, onde a empresa Licitante não constou suas receitas (bruta e líquida) no exercício de 2021. Solicitamos a devida justificativa pela ausência.

Solicitamos retorno dos questionamentos até às 15h30min da presente data.”

Às 15h35min a empresa se manifestou da seguinte forma:

“Prezada Sra. Pregoeira.

Ref: JUSTIFICATIVAS A DILIGENCIAS.

A empresa A3 LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ 23.080.111/0001-50, estabelecida na rua Hermínio Sampaio, nº 3100, Sala 1220, Bairro: Presidente Kennedy, Fortaleza/Ce, Cep: 60.355-512, doravante denominado LICITANTE, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, para fins do disposto no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023, vem JUSTIFICAR:

Que a não consta nenhum valor de RECEITA BRUTA na DRE – Demonstração do Resultado do Exercício do BALANÇO PATRIMONIAL DE 2021, tendo em vista, que no exercício econômico do ano de 2021, nossa empresa não possuiu Faturamento de vendas e ou prestação de serviço, bem como, não possuiu Contratos firmados com a

Administração Pública e ou Privadas, motivo pelo qual não apresenta RECEITA BRUTA na sua DRE – Demonstração do Resultado do Exercício. Que em data de 21/06/2022, adquirimos a empresa de razão social LUTERO LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRAS E SERVIÇOS EIRELE, conforme o 4º Aditivo ao Contrato Social Consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Ceará, quando foram efetuadas algumas alterações como a Razão Social, mudança de Sócio Endereços entre outras, mas com o mesmo CNPJ de nº 23.080.111/0001-50, após as alterações sociais solicitamos a Contratante KOOK FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA, que nos fornecesse um ATESTADO DE CAPACIDADE dos serviços prestados com os novos dados da empresa atualizados, mas mantendo os mesmo prazo de execução e emissão. ‘ A3 LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS EIRELI Av. Sargento Hermínio Sampaio, 3100 - Sala 1220 - Cep.: 60.355-512 - Presidente Kennedy Fortaleza –Ceará – Fones (85) 9.2000-82.62 - 99716.15.78 Justificamos ainda, que já firmamos vários Contratos com a Administração Pública nos anos de 2022 e 2023, provenientes de processos

licitatórios nos quais foram apreciados todos os nossos documentos de habilitação entre estes nosso BALANÇO PATRINONIAL do Exercício Financeiro do ano de 2021, bem como, nossa DRE – Demonstração do Resultado do Exercício e Capacitação Técnica, e que foram devidamente aprovados pelos Srs. Pregoeiros e suas equipes de apoio, cujos objetos são compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto deste PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023, bem como vem executando os serviços com excelência e dentro das exigências contratuais, conforme demonstramos na nossa Documentação de Habilitação.”

Às 16:03 a Pregoeira fez o seguinte questionamento:

“Sr. Licitante,

Informamos que a questão abaixo não foi devidamente esclarecida. Desta forma reiteramos a necessidade do seguinte esclarecimento:

Como um Contrato firmado em 2016 estar com uma razão social pertencente à 4ª alteração contratual registrada em 2022 (contrato este anexado ao atestado da empresa KOOK refeições coletivas)?

Solicitamos retorno do questionamento até às 16h30min da presente data.”

A empresa respondeu da seguinte forma:

“Prezado Sra. Pregoeira,

Como justificamos apenas solicitamos uma alteração de dados no Atestado de Capacidade Técnica que tinha sido firmado com a Razão Social anterior, LUTERO MÃO MÃO E SERVIÇOS EIRELI para a razão social atual A3 SERVIÇOS, tendo em vista que se trate da mesma empresa conforme podemos observar pelo CNPJ de nº 23.080.111~/0001-50.”

Às 16h18min a Pregoeira reiterou a pergunta:

“Sr. Licitante, A dúvida se refere ao contrato anexado ao atestado.

Gentileza responder até às 16h30min.”

Resposta referente ao questionamento acima foi:

“Como justificamos apenas solicitamos uma ALTERAÇÃO de dados no Atestado de Capacidade Técnica que tinha sido firmado com a Razão Social anterior, LUTERO MÃO MÃO E SERVIÇOS EIRELI no ano de 2016. para a razão social atual A3 SERVIÇOS, tendo em vista as alterações de dados pelo 4º Aditivo ao Contrato Social efetuados em de 2022, sem que houvesse mudanças no ATESTADO DE CAPACIDADE nas datas de execução e emissão, tendo em vista que se trate da mesma empresa conforme podemos observar pelo CNPJ de nº 23.080.111/0001-50.”

Equipe de Apoio ligou no dia 24/02/2023, às 15h50, para a empresa Kook Refeições nos números (85) 3055-2711 (chamada não completada), (85)

98906-0236 (caixa postal) e (85) 92000-8262 (chamada não completada), com objetivo de confirmar as informações prestadas, sem sucesso.

Após análise, a empresa A3 Locação de Mão de Obra e Serviços Ltda foi INABILITADA por não atender ao item 12.6.1.4 do Edital, onde apresentou inconsistências que não foram sanadas com a diligência”

A partir do resultado da diligencia efetuada pela Câmara Municipal de Ipatinga não resta dúvidas sobre a falsidade documental do Atestado de Capacidade Técnica, bem como do Contrato de Prestação de serviços anexados no sistema e utilizado pela recorrida para tentar comprovar sua habilitação técnica.

CONFORME RESPOSTAS AOS QUESTIONAMENTOS REALIZADOS, A RECORRIDA NÃO JUSTIFICOU AS INCONSISTÊNCIAS REVELADAS.

E não poderia, pois a prestação dos serviços declarados nunca ocorreram!!!

Em outros procedimentos licitatórios em que foi solicitado a recorrida apresentação de nota fiscal referente aos serviços “supostamente” prestados durante 3 (três) anos, a recorrida jamais apresentou uma nota fiscal sequer ou outro documento capaz de legitimar o que está declarado no atestado de capacidade técnica firmado pela empresa KOOK FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA.

De acordo com a Lei, configura-se o crime de falsidade ideológica a ação de utilizar documento particular, com o fito de auferir vantagem em processo público, declaração falsa, que altera a verdade dos fatos.

Se a apresentação do documento foi realizada com a finalidade de participar de processo de licitação, a jurisprudência federal entende que constitui crime da competência da justiça federal, pois atinge os serviços do órgão federal, pondo em risco a fidedignidade de seus serviços.

No crime de falsidade ideológica (CP, art. 299) é desnecessária a perícia do documento inquinado se os autos revelam inequivocamente a inveracidade da declaração inserida, fato que revela ser o falsum atinente ao conteúdo e não documental (CP, art. 297). (TRF4. 200104010244881. 7ª T. VLADIMIR PASSOS DE FREITAS. DJ 28/08/2002. p. 840) (grifamos).

O TCU reafirmou seu entendimento sobre o uso de atestados falsos em licitações. De acordo com o Tribunal, a apresentação de atestado com conteúdo falso, por si, já configura a prática de fraude à licitação e tem como consequência a declaração de inidoneidade. (Ac. 1106/18-P).

No mesmo sentido, outras decisões indicam que a apresentação de atestados com conteúdo falso caracteriza ilícito administrativo gravíssimo, fere os princípios da moralidade, da isonomia e da competitividade aplicáveis a todas as licitações públicas e faz surgir a possibilidade de o TCU declarar a inidoneidade da empresa fraudadora para participar de licitação na Administração Pública Federal, independentemente de a fraude ter resultado em prejuízo financeiro para a Administração. (cf. acórdãos 27/13, 2988/13 e 2677/14, todos do Plenário).

A persistência na manutenção da empresa recorrida como habilitada no certame, já que a mesma não comprovou sua qualificação financeira conforme exigido, será um desrespeito à Lei, ao Edital, e aos Princípios básicos das Licitações Públicas

As exigências de habilitação não são postas no edital por acaso ou por mera burocracia: elas existem para dar segurança à Administração de que a prestação dos serviços se dará por empresa capaz de assumir os compromissos.

PEDIDO

Em face do exposto, e, com base nos argumentos acima invocados, legislações, posicionamento doutrinários e jurisprudências citados, REQUER na forma da Lei, o acolhimento e provimento do presente RECURSO ADMINISTRATIVO, e, por consequência seja DECLARADA INABILIDADA A EMPRESA A3 LOCACAO DE MAO DE OBRA E SERVICOS EIRELI POR NÃO TER COMPROVADO SUA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA CONFORME EXIGIDO NO EDITAL, e posterior exame da proposta subsequente na ordem de classificação

Acaso seja mantida a decisão recorrida, sem o provimento do presente recurso, o que se admite apenas por cautela que seja remetido o processo devidamente instruído com o presente recurso, à autoridade hierárquica superior, conforme estabelece o artigo 109, § 4º, observando-se o disposto no § 3º, ambos do Estatuto das Licitações – Lei Federal n.º 8.666/93/93, em aplicação subsidiária.

Pede-se deferimento.

Belo Horizonte, 06 de março de 2023

JOSEANE CUSTODIA DOS SANTOS
DIRETORA

DAS CONTRARRAZÕES

AO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Ilustríssimo Senhor Pregoeiro

Referência: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

CONTRA RAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO:

A3 LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ sob o nº 23.080.111/0001-50, sediada em Av. Engenheiro Humberto Monte, nº 2929, Sala 405 AS, Bairro Pici, CEP 60.440-593, Fortaleza/Ce, doravante denominado RECORRENTE, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, vem interpor tempestivamente, suas CONTRA RAZÕES ao Recurso Administrativo impetrado pela Licitante S&M CONSERVACAO E

LIMPEZA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.350.057/0001-71, no que concerne ao resultado relativo ao processo licitatório do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023, que declarou a empresa A3 LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA com vencedora, o qual será dirigido à autoridade superior por intermédio de quem praticou o ato recorrido, para que mantenha sua decisão, com base nas razões de fato e de direito, que passa a aduzir, para ao final requerer:

1.0 - TEMPESTIVIDADE:

Inicialmente cumpre destacar que a RECORRENTE foi notificada do Recurso Administrativo impetrado pela licitante RECORRIDA S&M CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA, no dia 06/03/2023 (segunda-feira), o prazo para a apresentação dos memoriais de conta razões começou a fluir em 04/02/2023 (terça-feira), primeiro dia útil posterior a interposição das manifestações recursais. Em sendo de 03 (três) dias úteis o prazo para a apresentação dos memoriais de contra razões, cabe a recorrente praticar o presente ato até a data de 09/03/2023 (quinta-feira), conforme registrado na Ata do presente pregão, e em assim fazendo restar presente o pressuposto objetivo da tempestividade.

2.0 - SINOPSE FÁTICA:

A RECORRENTE participou do processo licitatório, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023 do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, por intermédio de Se. nobre Pregoeiro, tendo apresentado sua proposta de preços e documentos de habilitação de acordo com o Edital e seus Anexos, motivo pelo qual foi declarada vencedora do certame, conforme ata do pregão:

Entretanto, para a supressa da RECORRENTE, a mesma foi notificada em 06/03/2023, da impetração do Recurso Administrativo interposto pela licitante RECORRIDA “S&M CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA”, contra o justo resultado proferido pelo Ilustríssimo Senhor Pregoeiro Oficial do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.

3.0 - DA SOLICITAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO:

A RECORRIDA Irresignada com a aceitação da proposta e habilitação da RECORRENTE, insurge com alegações, de forma frágil e infundadas, quanto ao suposto descumprimento de itens do edital, no entanto tais alegações não merecem prosperar, tendo em vista que a intenção de Recurso formulada pela Recorrida não justificou com clareza quais os Itens da Proposta de Preços ou quais documentos a RECORRENTE teria deixado de cotar e ou apresentar, focando a intenção de Recursos da Recorrida apenas de forma genérica sem suspensão.

Cabe salientar que os motivos do recurso, bem como as razões apresentadas pela RECORRIDA, apenas demonstram uma conduta puramente protelatória de licitante vencida que não visa a preservar a legalidade, a isonomia do certame e a melhor proposta, mas apenas reverter em seu favor à adjudicação do objeto, sem sustentar-se em qualquer regra do ato convocatório, como será demonstrado a seguir.

A licitante RECORRIDA “S&M CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA”, alega em síntese em seu Recurso Administrativo ao presente Pregão Eletrônico, com base nas considerações a seguir

Alega a empresa Recorrida que;

4.0 - DOS FUNDAMENTOS DAS CONTRA RAZÕES:

4.1- DAS ALEGATIVAS:

4.1.1 - DO DESCUMPRIMENTO DO EDITAL:

Vejamos o que revela o edital acerca dos critérios estabelecidos para comprovação de Habilitação Qualificação Técnica

8.14 Relativos à Qualificação Técnica:

8.14.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.14.2 Para fins da comprovação de que trata o item anterior, os atestados deverão dizer respeito à execução de serviços de mesma natureza e de características similares aos a que se refere o presente Edital.

8.14.3 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente

8.14.4 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5, de 2017.

8.14.5 Para os fins da cláusula acima, poderá, a licitante, apresentar cópias de contratos de prestação de serviços de mesma natureza e de características similares aos a que se refere o presente Edital, acompanhados dos seguintes demonstrativos: a-) cópia dos contratos; b-) cópias dos respectivos termos de aditamentos, sem solução de continuidade; e c-) em se tratando de contratos celebrados com a Administração Pública, extratos de publicação do Diário Oficial do respectivo ente federativo; ou, em se tratando de contratos celebrados com empresas privadas,

cópias de Fatura de prestação de serviços emitida nos 12 (doze) meses anteriores à data prevista para apresentação da proposta

8.14.8 O LICITANTE DISPONIBILIZARÁ TODAS AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS À COMPROVAÇÃO DA LEGITIMIDADE DOS ATESTADOS APRESENTADOS, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.(DESTACAMOS).

Pois bem, a empresa recorrida para haver sua habilitação técnica APRESENTOU APENAS 1 (UM) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA EMITIDO PELA EMPRESA KOOK FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO LTDA

Entretanto, referido documento apresenta inconsistências que denotam falsidade documental nos seguintes termos.

Vejamos o que está declarado no atestado apresentado

“Atestamos para os devidos fins e para quem interessar possa que a empresa A3 LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ. sob o n.º 23.080.111/0001-50, empresa de prestação de serviços com

sede à Rua Jornalista Antônio Pontes Tavares, nº 1195, Bairro Barroso, CEP 60.864-590, Fortaleza/Ce, executou para nossa empresa no período de 01.03.2016 a 30.10.2019, os serviços de locação de mão de obras temporárias para apoio os eventos realizados por esta empresa, com os quantitativos abaixo especificados”

1º Inconsistência:

A empresa A3 Locação de mão de obra, na data da emissão do atestado, ou seja, em 18 de novembro de 2019, tinha como razão social o seguinte nome empresarial “LUTERO LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRAS E SERVIÇOS” EIRELI, conforme o 3º alteração ao Contrato Social Consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Ceará

Como poderia então constar a razão social A3 LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS EIRELI, registradas em 23/06/2022 (4ª alteração social) em um documento “firmado em 2019” ??????

2º Inconsistência

O contrato de prestação de serviços apresentado para LEGITIMAR O ATESTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS APRESENTADO CONSTA COMO DATA DE ASSINATURA 01 DE MARÇO DE 2016.

Entretanto, em 2016 a razão social da recorrida era MARTINS LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS EIRELI, portando, está mais que cristalino que o documento apresentado NÃO FOI FIRMADO NA DATA QUE CONSTA NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3ª Inconsistência

Em 2016 o representante legal da recorrida era a Sr. CHELYDA BRENDA DA SILVA LOPES

Somente em 21/06/2022 é que o Sr. Andersom da Silva Martins ingressou na sociedade empresarial da recorrida.

Como poderia então assinar contrato em 2016 como representante legal da recorrida???????

Cumpre informar que a recorrida já foi inabilitada em vários processos licitatórios públicos por não comprovar a legalidade e veracidade das informações postas no atestado de capacidade técnica “firmado”

Por oportuno, segue transcrição da diligência realizada pela Câmara Municipal de Ipatinga em 23/02/2019 que questionou a recorrida acerca das inconsistências verificadas no atestado de capacidade técnica e contrato de prestação “supostamente” firmados com a empresa Kook Fornecimento de Refeições

“Pregão Eletrônico nº 01/2023

Processo Licitatório nº 09/2023

UASG 926522

Objeto: “Contratação de empresa especializada na prestação continuada de serviços de apoio administrativo com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem executados na presidência, gabinetes e no Centro de Atenção ao Cidadão (CAC) da Câmara Municipal de Ipatinga, conforme especificações constantes no Edital e anexos.

5.1 - DAS CONTRA RAZÕES - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

Justifica a RECORRENTE, que as alegativas da RECORRIDA não possuem fundamentos nem sustentação legal, tendo em vista, que a Recorrente apresentou sua Proposta de Preços e seus Documentos de Habilitação conforme as exigências dos itens editalícios.

a) - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – DO ATESTADO APRESENTADO:

A RECORRENTE em atenção ao item 8.14. - Qualificação Técnica do Edital, apresentou Atestado de capacidade técnica de postos de serviços de terceirização de mão de obra, com características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação., ou com o item pertinente, conforme itens Editalício abaixo:

88.14 Relativos à Qualificação Técnica:

8.14.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Conforme demonstrado acima, o atestado apresentado atende na íntegra ao edital, na medida em que refere-se a serviços compatíveis com o objeto do edital, comprova a prestação de serviços de forma satisfatória, sendo o atestado referente aos serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal e secundária da Recorrente especificada no contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil, e foi expedido e assinado por representantes legais da empresa Contratante e ou por seu procurador ou preposto devidamente autorizado, após a conclusão do Contrato ou decorrido, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto os que foram firmados para ser executados em prazo inferior.

Justifica a RECORRENTE que embora o Contrato de prestação serviços firmado com a Contratante KOOK FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA, tendo sido por prazo indeterminado os serviços foram executados pelo período continuado de 01.03.2016 a 30.10.2019, quando teve seu encerramento.

Defende-se a RECORRENTE, dizendo que as alegativas da RECORRIDA, relatadas na 1ª Inconsistência, 2ª Inconsistência e 3ª Inconsistência, não possuem fundamentos nem sustentação legal, tendo em vista, que o Contrato de Serviços firmado com a empresa KOOK FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA, é do ano de 2016, quando a Razão social da empresa era MARTINS LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS EIRELI.

Defende-se ainda, a RECORRENTE, dizendo que em data de 21/06/2022, o Sr. Andersom da Silva Martins, daquela empresa quando promoveu algumas alterações sociais entre elas mudança de Razão Social, endereço entre outras, conforme demonstra o 5º Aditivo ao Contrato Social, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Ceará e anexo a documentação de Habilitação.

Esclarece a RECORRENTE, que após as alterações sociais efetuadas na empresa, foi solicitado Contratante KOOK FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA, que atualizasse os dados da empresa no Atestado de Capacidade Técnica, mantendo as mesmas datas de execução dos serviços e de emissão do Atestado.

Como podemos ver houve apenas uma ATUALIZAÇÃO dos dados da empresa no Atestado tendo em vista que o CNPJ sempre foi o mesmo, ou seja, CNPJ nº 23.080.111/0001-50.

Por fim Justifica a Recorrente que já firmou vários Contratos com a Administração Pública provenientes de processos licitatórios nos quais foram apreciados todos os documentos de habilitação da Recorrente e devida aprovados pelos Srs. Pregoeiros e suas equipes de apoio, cujos objetos são compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, bem como, vem executando os serviços com excelência e dentro das exigências contratuais, conforme demonstramos pelos Contratos apresentados no bojo da documentação de Habilitação, o que corrobora para comprovação de sua CAPACIDADE TÉCNICA.

6.00 - DO JULGAMENTO OBJETIVO

Sobre o julgamento das propostas a Lei das Licitações é bem clara quando determina em seu art. 44 que o julgamento deverá levar em consideração critérios objetivos previamente definidos no edital ou convite, sem contrariar as normas e princípios estabelecidos em Lei. Essa determinação impede a utilização de qualquer critério subjetivo não definido no edital ou outro que contrarie a Lei e os Princípios atinentes à Administração Pública. Assim obriga o referido diploma:

“Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.”

A mesma Lei ainda estabelece em seu art. 45 que:

“Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com o

tipo de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelo órgão de controle.”

Portanto, como observado, devem ser sempre utilizados no julgamento das propostas critérios objetivos e pré-definidos no Edital, de modo que os licitantes possam observá-los, fiscalizá-los e mais ainda, primar por sua aplicação.

Qualquer critério subjetivo que não esteja previsto no edital, por impossibilitar aos licitantes um controle sobre tais aspectos e, acima de tudo, porque tais critérios podem, na maioria das vezes, macular o Princípio da Igualdade que deve existir no julgamento das propostas, deve ser afastado por determinação da própria Lei das Licitações.

6. DO PRINCÍPIO DE VINCULAÇÃO AO EDITAL

Não resta dúvida de que as disposições editalícias devem ser seguidas tanto pelos licitantes quanto pela administração, de forma que os julgamentos e os esclarecimentos sejam sempre pautados dentro do que foi exigido pelo edital e seus anexos, afastando qualquer ato que vá de encontro às suas cláusulas e condições.

Constata-se no caso vertente que a proposta e os documentos de habilitação da empresa Recorrente cumpriu com todas as determinações do edital, utilizou os critérios ali definidos, as formulas ali exigidas e atendeu a todas as determinações das Convenções Coletivas, quando pertinentes, no que diz respeito à composição dos valores apresentados em sua planilha de preços.

Dessa forma estando a proposta de preços e os documentos de habilitação em total conformidade com o instrumento convocatório e seus anexos estes deve ser aceitos.

“Art. 41. A administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”

Hely Lopes Meirelles, com a prudência e inteligência que lhe é peculiar, definiu de forma esclarecedora o Princípio em análise, não deixando dúvidas no que diz respeito à impossibilidade da Administração Pública se

afastar das normas da licitação contidas no Edital por ela mesma elaboradas:

“A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório de licitação, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora.” (Grifos Nossos).

Também é bem claro ao esclarecer que a Administração não pode se afastar do modo e das condições que foram exigidos pelo Edital para elaboração das propostas e ofertas de preços, por ser tal exigência uma ofensa aos princípios licitatórios. Então vejamos:

“Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital o modo e forma de participação dos licitantes, bem como as condições para a elaboração das ofertas, e, no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento ou contrato, se afastasse do estabelecido e admitisse documentação e proposta em desacordo com o solicitado.” (Grifos Nossos).

7. DOS PEDIDOS:

ISTO POSTO,

vem a empresa A3 LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA, respeitosamente, requerer que Vossa Senhoria que:

I - Considerando que a RECORRENTE demonstrou minuciosamente através de fatos e documentos a viabilidade da suas “CONTRA RAZÕES”. E, na certeza de que será feita à devida justiça, requer a vossa Sia., que se digne declarar a presente CONTRA-RAZÕES ao Recurso Administrativo interposto pela empresa “S&M CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA”, PROCEDENTE mantendo e ratificando assim o resultado já proferido, enaltecendo-se e sobressaindo-se do julgamento os princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade e da objetividade e vinculação ao instrumento convocatório

Nestes termos.

Pede e espera

Deferimento.

Fortaleza - Ce, , 09 de março de 2023.

DECISÃO DO PREGOEIRO

Transcorridos os prazos de recurso e de contrarrazões de recurso, diante das informações apresentadas no recurso impetrado pela empresa, o Pregoeiro e a equipe de apoio, acompanhados do Setor demandante, analisaram o Edital e seus Anexos, além do Aviso do Compras.gov.br, com o objetivo de tomar uma decisão conforme os princípios legais e constitucionais da licitação, dentre os quais a legalidade, impessoalidade, isonomia e demais ditames presentes no ordenamento.

Primeiramente cumpre esclarecer que todos, público e, principalmente, as empresas participantes, tiveram ciência anterior ao edital de licitação, bem como declararam ciência e aceitaram todas as condições do edital e seus anexos. Caso a empresa não concordasse com os termos estabelecidos no instrumento convocatório, poderia tê-lo impugnado de forma tempestiva, requerendo a sua modificação e republicação, caso tivesse alguma motivação.

Vê-se que a EMPRESA RECORRENTE objetiva a revisão da decisão que habilitou a EMPRESA RECORRIDA, ao fundamento de que teria havido, de parte do Pregoeiro, equívoco na avaliação de seu conjunto documental referente à HABILITAÇÃO, notadamente no que toca à validação da capacidade técnica da recorrida; isso, ao argumento de que a validação se dera em função de atestado de capacidade técnica falsamente produzido, bem assim por se tratar de um único atestado. Frise-se, de imediato, que a recorrente não carregou aos autos nenhum elemento técnico-pericial que gerasse indício de falsidade, nos termos em que o alega.

Vejamos.

A recorrente, na sustentação de sua tese, elenca 3 (três) inconsistências que, a seu ver, tornam insubsistente o atestado trazido aos autos pela recorrida (data de emissão do atestado; razão social da empresa atestada; e representante legal da empresa atestada). Para tal finalidade, faz-se referência explícita a determinada licitação promovida pelo Município de Ipatinga (Pregão Eletrônico nº 01/2023 - UASG: 926522), de que, segundo a sua argumentação, teria sido verificada a falsidade do atestado. Diante disso, este pregoeiro realizou diligência, no ambiente de processamento de contratações públicas (Compras.gov.br), consultando a ata de realização do indicado pregão eletrônico; lá, verifica-se a existência de link para ambiente de que se pode extrair relatório acerca da situação a que faz remissão o recorrente. Realmente, em tal documento, há o histórico da diligência promovida por tal órgão público. Sem adentrar o mérito do que afirmado pelo recorrente (falsificação de documento, para fim de habilitação em licitação), verifica-se que a decisão inabilitatória se orientou por presunção de inveracidade do documento, malgrado as explicações trazidas pela recorrida, naquela ocasião. Deste modo, o só fato de o pregoeiro e a sua equipe de apoio (Câmara de Ipatinga) terem chegado à conclusão pela falsidade do documento, fato utilizado pelo recorrente como fundamento de sua insurgência recursal, de modo nenhum vincula este pregoeiro e a sua equipe de apoio (Reitoria do

IFSULDEMINAS), sobretudo porque, a par de se embasar em simples presunção, não se faz acompanhar de nenhum elemento técnico-pericial que a sustenha em bases fáticas e legais seguras. (A título de esclarecimento, este pregoeiro já habilitou a empresa recorrida em licitação anterior, validando o mesmo atestado, tal-qualmente o fizeram diversos outros agentes públicos, na condução de certames sob a sua responsabilidade.)

Importa esclarecer, ademais, que a sociedade empresarial se apresenta no cenário econômico dotada de composição societária e identificada com nome empresarial e razão social que podem variar ao longo do tempo, tal como ocorreu, de acordo com as justificativas trazidas pela recorrida em sua peça contrarrecursal. Isso é perfeitamente compreensível, dada a dinâmica do mercado. Entretanto, a personalidade jurídica, notada pelo CNPJ, permanece inalterada. Isso se coaduna com a afirmação do recorrido, no sentido de que o atestado de capacidade técnica contempla a nova razão social da empresa, vez que houve, ao longo do tempo, a alteração do quadro societário; outrossim, a atestação de capacidade técnica faz remissão, logicamente, a fatos pretéritos, como se dá no caso sob exame.

Por fim, cumpre aclarar que este pregoeiro validou o referido atestado, tanto pelo que nele consta, estando em conformidade com o edital como pelo que consta na Lei nº 13.874/2019 (Lei de liberdade econômica), art. 2º, II e IV. Também, este pregoeiro verificou que o mesmo atestado tem sido adotado como critério habilitatório por diversos outros órgãos e entidades públicos, tais como: Instituto Federal do Paraná; Colégio Pedro II; Tribunal Regional eleitoral de Roraima; Universidade Federal Rural do Semi-Árido etc.

(Informa-se que os documentos aludidos nesta peça decisória encontram-se disponíveis para consulta no seguinte endereço eletrônico: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pro-reitoria-administracao/compras-e-licitacoes/150-pregao-elettronico/5659-pregoes-eletronicos-2023-ifsuldeminas-uasg-158137>).

Conclusivamente, diante das informações trazidas aos autos pelo recorrente e pelo recorrido, ponderadas as alegações de um e outro, este pregoeiro, auxiliado pela sua equipe de apoio, conclui pela manutenção da habilitação técnica da recorrida. Portanto, as decisões tomadas no processo licitatório estão de acordo com a legislação vigente, conforme indicado nas razões acima, devendo, por isso mesmo, ser improvido o recurso oposto à decisão do Pregoeiro.

Pouso Alegre-MG, 14 de março de 2023

João Carlos Ferreira
Pregoeiro